GUIA DE BOAS PRÁTICAS

PARTIDOS POLÍTICOS

irelgov | Instituto de Relações Governamentais

Abertura

Os partidos políticos, além de possuírem função representativa, influenciam a governança e a estabilidade política, moldando prioridades nas agendas governamentais. O movimento em direção a uma maior proximidade com os partidos é essencial para estabelecer relações estratégicas que promovam o interesse público. Para os profissionais de relações governamentais, compreender essa dinâmica é essencial para alinhar suas estratégias ao panorama político.

No Brasil, as mudanças de regras eleitorais apresentam desafios para os partidos, sejam elas no financiamento de campanhas, no acesso à mídia e nas exigências de transparência e inclusão. Por sua vez, a polarização política, as disputas entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como a crescente desconfiança da população em relação às instituições são pontos cruciais que precisam ser enfrentados. O Guia de Boas Práticas de Partidos Políticos traz ferramentas para lidar com essas temáticas desafiadoras, avaliando de que maneira as recentes mudanças no sistema partidário influenciam as atividades de relações governamentais; analisando como as alterações na estrutura partidária podem promover maior transparência nas interações público-privadas e maior participação política dos cidadãos; debatendo e propondo boas práticas de relações governamentais no relacionamento com lideranças e partidos políticos.

Patrícia Nepomuceno
Presidente do IRELGOV
Juliana Marra
Vice-presidente do IRELGOV
Mariana Chaimovich
Diretora-Executiva do IRELGOV

irelgov | Instituto de Relações Governamentais

Sumário

01 O Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV)

02 O Grupo de Trabalho sobre Partidos Políticos

03 A modernização das regras para partidos para melhorar sua gestão interna, o engajamento dos cidadãos e o surgimento de novas lideranças

04 Reforma Política em contexto nacional e transnacional

05 Comunicação Eficaz em um novo contexto político

06 Lobby e Financiamento de campanhas: implicações para o sistema eleitoral

Referências

think tank

1

O Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV)

O IRELGOV

O Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV) é entidade criada com o objetivo de elevar o grau de profissionalismo, competência e padrões éticos de profissionais de relações governamentais, de modo transparente e informativo à sociedade brasileira.

MISSÃO

O IRELGOV tem como missão a produção e a difusão de conhecimento sobre relações governamentais e políticas públicas com foco na profissionalização dessa atividade, no aperfeiçoamento das relações público-privado, na promoção de boas práticas regulatórias e no debate de políticas públicas horizontais, fortalecendo a reputação do(a)s profissionais do setor.

VALORES

O IRELGOV tem como valores legitimidade, legalidade, transparência e boas práticas, desenvolvendo informação e trazendo conhecimento relevante para o dia a dia do(a) profissional de relações governamentais de forma a fomentar o diálogo entre os diversos setores envolvidos com o tema e compreender as tendências atuais.

irelgov | Instituto de Relações Governamentais

2

O Grupo de Trabalho sobre Partidos Políticos

O Grupo de Trabalho sobre Partidos Políticos

O Grupo de Trabalho (GT) de Partidos Políticos tem como propósito compreender de maneira abrangente o contexto no qual os partidos se inserem no cenário nacional e auxiliar os profissionais de Relações Governamentais a navegarem esse cenário. Entre seus principais objetivos, destacam-se:

- Avaliar de que forma as recentes mudanças no sistema partidário influenciam as atividades de relações governamentais, identificando oportunidades e desafios para os profissionais da área;
- Analisar como as alterações na estrutura partidária podem promover maior transparência nas interações público-privadas e maior permeabilidade para a participação política dos cidadãos;
- Acompanhar e propor novas regras eleitorais e para o sistema partidário para superar o déficit democrático;
- Discutir e propor boas práticas de relações governamentais no relacionamento com lideranças e partidos políticos; e
- Discutir formas de financiamento de campanha e seus impactos na relação entre público e privado e no processo democrático.

Participantes do Grupo de Trabalho:

Alexandre de Souza Mota
Augusto Cesar S. Anunciação Filho
Beatriz Marin
Bernhar J. Smid
Bruno Souza dos Santos
Carla Janainy Batista Oliveira
Carlos Eduardo de Souza Moraes
Cynthia Cury
Daniel Maciel Freitas Gonçalves
Doane Fonseca
Eduardo Galvão
Evelyne Faccio
Felipe Lélis Moreira
Fernanda Cabrini
Geovane Montorso Oliveira
Grazielly de Cássia Ribeiro
João Trigo
Laila Diana dos Santos
Leonardo Barreto
Lilian Amaral
Luis Fernando Guaraná Menezes
Marcelo Brettas
Marcos Vinicius Cantarino
Mauricio Niel
Melissa Bitencourt
Omar de Azevedo Teixeira
Paulo Gontijo
Rafael Felipe de Oliveira
Raphael Amaral Santos e Santos
Renata Calmon
Ruan Raielli chaves
Shirley Emerick Dutra
Silvia de Freitas Xavier
Thomaz Pires de Campos Martins
Victoria de Andrade Eufrasio
Viviane Santos de Araújo

3

A modernização das regras para partidos para melhorar sua gestão interna, o engajamento dos cidadãos e o surgimento de novas lideranças

A modernização das regras para partidos para melhorar sua gestão interna, o engajamento dos cidadãos e o surgimento de novas lideranças

Conceito

O surgimento dos partidos políticos é um fenômeno social paulatino cuja concepção pode ser identificada a partir dos séculos XVII e XVIII, contemporânea, portanto, ao surgimento do regime democrático representativo. Adota-se aqui a noção de partido em sentido amplo, tal como a assumida por Georges Burdeau, para quem as agremiações partidárias existem desde que os homens, pela primeira vez, concordaram a respeito de alguma finalidade com projeção social e dos meios necessários para alcançá-la. Por esse critério, seria possível vislumbrar o princípio do fenômeno partidário nas atividades de tories (conservadores) e whigs (liberais), por ocasião da Revolução Gloriosa, na Inglaterra, 1688; de federalistas e republicanos, nos Estados Unidos pós-independência; ou, ainda, de jacobinos e girondinos, no levante revolucionário francês.

Em análise mais rigorosa, porém, o fortalecimento e a expansão da atividade partidária somente ocorreram em meados do século XIX, a partir de quando os grupos políticos evoluíram para a adoção de formas e estruturas mais estáveis, definidas e profissionalizadas.

Tal evolução foi impulsionada pela Revolução Industrial, cujos reflexos produziram no operariado "o sentimento e a necessidade de organizar-se enquanto classe, com o objetivo de combater a burguesia".

No mundo atual, os partidos políticos aparecem como elementos indispensáveis à sobrevivência dos regimes democráticos modernos. Como pregava Darcy Azambuja, os defeitos dos partidos são, em verdade, defeitos dos homens. O que cumpre é seguir corrigindo-os, para que em marcos saudáveis se possa mantê-los. Apesar de suas falhas, não há como negar que os partidos políticos constituem peças fundamentais na mecânica da democracia: onde quer que sucumbam, cede consigo a engrenagem do governo popular.

Utilizando a definição de Nildo Viana, os partidos políticos atuais são organizações onde predomina a burocracia na sua estrutura e que se fundamentam na ideologia da representação política, e não no acesso direto do povo às decisões políticas, e, tendo, como objetivo, conquistar o poder político estatal, além de serem expressões políticas de alguma oligarquia econômica ou tradicional.

No Brasil o cenário é desafiador para os profissionais de relações governamentais, pois segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, são mais de 29 partidos políticos registrados, ou seja, a administração da relação de todos os interesses envolvidos torna-se de fato algo com grande nível de especialização e profissionalismo, exigindo cada vez mais preparo dos profissionais que atuam na esfera das relações governamentais.

BOAS PRÁTICAS

1) Diminuição dos Números de Partidos Políticos: Por mais que toda forma de representação seja legítima, é fato que no Brasil que o número de partidos é muito elevado e em muitos casos inviabilizam negociações de diversos temas fundamentais a sociedade brasileira. Em muitos casos há partidos que defendem a mesma ideologia e interesses e em outros partidos que não possuem uma plataforma bem definida. Por esse motivo medidas implementadas nos últimos anos para diminuição dos números dos partidos se tornam importantes para um ambiente mais transparente e que possam sanar os anseios da população brasileira;

BOAS PRÁTICAS

2) Engajamento e formação de novas lideranças: É um grande desafio dos partidos políticos o engajamento e formação de novas lideranças, afinal segundo pesquisas de níveis de confiança das instituições demonstram que os partidos políticos possuem um nível de confiança muito baixo junto a população. É fundamental que os partidos promovam formações acadêmicas e dinâmicas de engajamento visando uma maior integração no ambiente institucional brasileiro;

3) Transparência e boa utilização dos recursos públicos: Cada vez mais a população brasileira anseia por uma melhor utilização de recursos públicos pela classe política do nosso país, não seria diferente com os partidos políticos. Sendo recebedores de recursos públicos, é fundamental uma maior profissionalização e implementações de governança interna nos partidos políticos, visando uma maior eficiência e transparência na utilização de recursos oriundos de pagamentos de impostos da população brasileira;

4) Maior diversidade partidária: Implementações de medidas de diversidade são importantíssimas para os partidos políticos se atualizem e possam de fato serem organizações mediadoras de interesses políticos variados. Medidas burocráticas que promovam maior participação de grupos minoritários (mulheres, negros, indígenas e etc..) se tornam essenciais para plena evolução e desenvolvimento dos partidos políticos.

4

Reforma Política em contexto nacional e transnacional

Reforma Política em contexto nacional e transnacional

Conceito

A reforma política consiste em uma série de medidas e alterações legais para transformar o sistema eleitoral e político a fim de corrigir falhas, desigualdades ou distorções promovidas ao longo do tempo. É objetivo também o combate a problemas existentes no meio político partidário eleitoral, como a corrupção.

Há um amplo debate sobre como e se deve haver uma reforma política no Brasil, uma vez que ela envolve inúmeros temas e, dependendo da forma com que acontecer, poderá ampliar ou reduzir a democracia e a participação da população no processo de eleição e nos espaços decisórios da soberania nacional.

Entre as pautas principais, cabe destaque para a questão do financiamento de campanha. Atualmente, as candidaturas são financiadas por verbas públicas e privadas, ou seja, tanto o Estado quanto pessoas físicas podem contribuir para angariar fundos na campanha de um partido e de um determinado candidato.

A proposta é que a reforma política acabe com essa prerrogativa, instituindo apenas o financiamento público de campanha, com um teto a ser definido e que seria igual para todos os partidos.

Assim, a ideia é evitar campanhas multimilionárias, o que, em tese, vai contra os interesses da democracia, haja vista que candidaturas mais bem financiadas têm maiores chances nas eleições.

Outro ponto polêmico é o que se refere às coligações partidárias. Muitos afirmam que elas são um problema, pois beneficiam pequenos partidos que, em tese, só existem para pleitear cargos em campanhas e gestões de partidos maiores, além de desigualarem o tempo de TV, haja vista que o tempo da campanha é distribuído para cada candidato pelo número de partidos existentes em sua coligação.

Dentre as propostas, citam-se: o fim das coligações, o que não é consenso; a distribuição do tempo de campanha na TV por candidato, e não por partido; o limite de partidos por coligação; entre outras.

Soma-se a esses temas a questão da proporcionalidade dos votos. Hoje, os deputados federais e estaduais, além dos vereadores, são eleitos por maior número de votos e também pelo voto de legenda. Assim, partidos que possuírem, na soma final, mais votos, têm direito a mais cadeiras, o que contribui para que candidatos menos votados sejam eleitos em detrimento de candidatos mais votados.

Existem várias propostas de mudança. Uma delas é o **voto distrital**, que dividiria os deputados por distrito e os deputados seriam eleitos em cada um deles por maioria direta. Essa ideia critica o fato de que partidos e deputados com mais renda são mais facilmente eleitos, o que faz com representem somente as elites (e uma parcela reduzida da população de seus respectivos distritos). Outra ideia é o **voto em lista**, em que os eleitos votariam somente nas siglas e estas escolheriam os seus candidatos (o que seria feito antes das eleições).

Outro ponto sempre citado são as **unificações das eleições num único pleito a cada 5 anos e o fim da reeleição**. Se por um lado haveria talvez uma renovação política maior e mais estabilidade durante o mandato dos candidatos eleitos, por outro apenas um pleito a cada 5 anos, e não mais a cada dois anos, na visão de alguns especialistas tenderia a diminuição da discussão política rotineira e uma menor participação da população, sendo prejudicial para democracia brasileira.

Esses são os pontos principais, aqueles que geram mais debates e maiores polêmicas. No entanto, existem outros pontos que também podem fazer parte de uma possível reforma política, como o fim do voto obrigatório, a permissão de um número de candidatos sem partidos, entre outros.

No âmbito internacional, há uma discussão polêmica, fala-se muito em reforma das instituições e mecanismos do multilateralismo entre as nações, uma vez que para muitos especialistas o sistema atual encontra-se numa crise profunda, não sendo capaz de sanar as negociações dos países das diferentes regiões do globo.

O exemplo muito utilizado e de maior destaque acaba sendo o da ONU, Organizações das Nações Unidas, que não tem conseguido ao longo dos últimos anos encontrar soluções e ser mediador dos diferentes conflitos que tem surgido entre alguns países, levando o sistema atual a ser questionado e colocado em cheque.

BOAS PRÁTICAS

1) **Pleito eleitoral mais igualitário**: Medidas que visem uma maior competição eleitoral de maneira mais igual entres os candidatos participantes do pleito, fortalecendo a democracia;

2) **Maior participação popular**: Promover mais participação da população na discussão política e nos pleitos eleitorais, tornando este ambiente mais amplo e aberto aos diferentes anseios da sociedade brasileira;

3) **Transparência**: Toda reforma que gere maior transparência nos funcionamentos das instituições e estas que se utilizam de recursos públicos são positivas para nossa democracia. Promover o maior acesso as informações por parte da população e um caminho importantíssimo para o amadurecimento da democracia brasileira.

5

Comunicação Eficaz em um novo contexto político

Comunicação Eficaz em um novo contexto político

Conceito

No mundo atual sentimos o tempo passar cada vez mais rápido. Tecnologia, competitividade, conexões realizadas na era denominada “cloud” e acontecimentos mundiais estão cada vez mais ágeis e dinâmicos, tornando a vida do profissional de relações governamentais cada vez mais complexa.

Na comunicação, o conceito VUCA pode apoiar os profissionais a lidar com esses novos tempos. Basta decifrar o acrônimo com palavras da língua inglesa para entender: Volatility, Uncertainty, Complexity and Ambiguity (Volatilidade, Incerteza, Complexidade e Ambiguidade).

O VUCA mostra que as mudanças impostas pela tecnologia alteram nossa percepção sobre cada aspecto da vida, inclusive a relação com informações e novos conhecimentos. Acrescente a isso uma crise de saúde mundial, como a que estamos vivendo neste momento, e um questionamento surge: Como lidar com os quatro pontos do mundo VUCA diante de situações tão confusas?

Com trabalho remoto ou não, nossa percepção de tempo mudou. Ele parece cada vez menor e a analogia de tentar segurar um punhado de areia que escapa entre os dedos nunca fez tanto sentido.

Embora a tecnologia ajude a otimizar nosso dia por trazer quase tudo na palma da mão e instantaneamente, a ansiedade de aproveitar cada minuto e ser produtivo também aumentou. Dependendo da situação, muita energia é desperdiçada em uma única tarefa.

Não existe uma fórmula eficaz para aumentar o tempo ou frear as transformações do mundo atual, no entanto, a partir do momento que se entende seus detalhes, é possível lidar com cada uma das características desse mundo e melhorar a relação com os desafios propostos.

Lançar mão dessas estratégias não significa conseguir prever certos acontecimentos, mas prepara nossos sentidos para sobreviver e verificar possiveis soluções a acontecimentos futuros.

BOAS PRÁTICAS

1) Volatilidade: Um panorama mutável pode até tirar o nosso fôlego com tantas transformações rápidas. Encontrar propósitos, mesmo que diários e aparentemente pequenos, é uma forma de dar sentido à rotina e criar compromisso com ela e agir para ações mais eficazes.

2) Incerteza: É a principal causa da ansiedade da sociedade atual, pois nos sentimos perdidos diante de tanta imprevisibilidade. Ter visão e planejamento, incluindo na conta as possibilidades de desvio total dos planos, pode trazer um pouco mais de previsibilidade. Nesse ponto é importante entender e agir durante o momento e cenário presente, para não criar expectativas irreais e panoramas irreais de futuro.

3) Complexidade: Informações em grande escala vinda de todos os lugares criam uma rede estonteante de dados e muitas vezes dificil de serem decifradas. Este ambiente pede acurácia, reflexão e principalmente informações reais para melhor tomada de decisões.

4) Ambiguidade: Para o mundo, sempre foi difícil falar a mesma língua (e isso não se relaciona com idioma). Boa comunicação é importante para lidar com situações equívocas por meio de interpretações e troca de conhecimento, portanto uma comunicação clara e eficiente traz os melhores resultados.

6

Lobby e Financiamento de campanhas: implicações para o sistema eleitoral

Lobby e Financiamento de campanhas: implicações para o sistema eleitoral

Conceito

Lobby é a representação de interesses privados junto ao setor público, por meio de estratégias de relacionamento e convencimento. Empresas, entidades, associações ou representantes da sociedade civil se organizam e fazem lobby para convencer pessoas que estão em cargos de poder a decidirem de acordo com o desejo de determinados grupos.

O financiamento de campanhas são as fontes de recursos que financiam os processos de pleitos eleitorais, que ao longo dos anos vem se tornando cada vez mais caros e complexos.

Para este financiamento foi criado o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). A Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 23.605/2019 estabelece diretrizes gerais para a gestão e a distribuição dos recursos deste fundo aos diretórios nacionais dos partidos políticos. Esse fundo é oriundo de recursos públicos, destinado a financiar as campanhas eleitorais das candidatas e dos candidatos e está previsto nos artigos 16-C e 16-D da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições).

O financiamento das campanhas eleitorais também pode se dar por meio de doações privadas, apenas permitido as doações de pessoas físicas, não mais pessoas jurídicas como antigamente realizado.

O sistema eleitoral brasileiro possui dois subsistemas, para os cargos do poder Executivo e de Senador, o Brasil adota o sistema majoritário. Essa é a parte mais simples de se compreender do nosso sistema eleitoral. De acordo com esse princípio, o candidato mais votado é eleito.

Entretanto, o sistema tem detalhes importantes. O primeiro é que, no caso de presidente, governadores e alguns prefeitos, é preciso conquistar a maioria absoluta dos votos, ou seja, mais de 50% dos eleitores. Quando nenhum candidato consegue superar os 50%, os dois mais votados se enfrentam no segundo turno.

O segundo detalhe importante é que só contam os votos válidos. Por conta desse critério, candidatos são eleitos mesmo sem conquistar mais de 50% dos votos de todo o eleitorado. Para o resultado final, votos brancos e nulos são desconsiderados (os ausentes também não contam).

O segundo subsistema é o chamado de proporcional em lista aberta. É o sistema que elege vereadores, deputados estaduais e deputados federais. Sua lógica de funcionamento é complexa e confunde a mente da maior parte dos eleitores. Quando votamos para deputado ou vereador, podemos escolher entre votar apenas no partido, ou então em um candidato específico.

Em um primeiro momento, para definir a composição dos legislativos de todos os níveis, a Justiça Eleitoral conta os votos gerais conquistados por cada partido ou federação.

Para efeitos dos cálculos, as federações partidárias são consideradas como um único partido político.

Cada partido ou federação recebe uma quantidade de vagas legislativas proporcional à sua votação.

Feito isso, passa-se à segunda etapa, que é definir quais candidatos ocuparão as cadeiras. Essa parte é simples: os candidatos que mais receberam votos têm direito às vagas conquistadas pelo partido/federação, até que elas acabem.

Por exemplo: se o partido A conquistar cinco vagas, os cinco candidatos mais votados do partido ocuparão essas vagas.

Como as eleições no Brasil são muito competitivas e caras, o financiamento de campanhas acaba sendo um aspecto importante sempre observados pelos especialistas. Como a administração destes recursos acaba sendo centralizada na mão dos administradores dos partidos, o sistema atual é considerado desigual.

A solução seria criar mecanismos para uma distribuição de recursos mais igualitária, tornado o ambiente eleitoral mais justo em termos de competição.

BOAS PRÁTICAS

1) Distribuição mais igualitária dos recursos: Mecanismos que promovam uma distribuição mais igualitária de recursos entre os candidatos;

2) Maior transparência e clareza da regra eleitoral: O sistema atual é um pouco confuso a grande parte da população. A reforma política, tratada anteriormente, visa melhorar essa transparência;

3) Accountability: Como o sistema eleitoral se sustenta em parte por recursos públicos, deve haver fiscalização e prestação de contas pelos candidatos. Este processo deve ser cada vez mais amplo e de acesso a população brasileira;

Referências

ALVIM, Frederico. **A evolução histórica dos partidos políticos.** Disponível em: https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-6-ano-3/a-evolucao-historica-dos-partidos-politicos.

AZAMBUJA, D. Introdução à ciência política. 2. ed. São Paulo: Globo, 2011.

VIANA, Nildo (2003). O que são Partidos Políticos. Goiânia: Edições Germinal.

O que é Reforma Política? Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-reforma-politica.htm.

CALDEIRA, Ana Rízia. O tempo é diferente para todos no mundo VUCA. O seu também. Disponível em: https://blog.mbauspesalq.com/o-que-e-o-mundo-vuca/?

FELIZARDO, Nayara. O que é lobby e por que você deveria se importar. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2023/09/19/lobby-conflito-de-interesse-porta-giratoria-o-que-e/.

BLUME, Bruno André. Sistema eleitoral brasileiro: você sabe como são eleitos os políticos? Disponível em: https://www.politize.com.br/sistema-eleitoral-brasileiro/.

ESPECIALISTAS CONVIDADOS PARA PARTICIPAR DAS REUNIÕES DO GT:

Henrique Rossi, Presidente estadual da Juventude do Movimento Democrático Brasileiro (JMDB); Ivan Fernandes, professor da UFABC e atual coordenador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas; Francisco Rosa, Coordenador de comunicação e marketing na InvestSP, Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade; Rafael Herden, Chefe de Gabinete - SEFAM / Prefeitura Municipal de Osasco.

EXPEDIENTE

PATRÍCIA NEPOMUCENO
PRESIDENTE

JULIANA MARRA
VICE-PRESIDENTE

MARIANA CHAIMOVICH
DIRETORA-EXECUTIVA

RAFAEL RUBIM
LIDER DO GT DE PARTIDOS POLÍTICOS

MÁRCIA ROSA
RENAN PEREIRA
APOIO AO GT DE PARTIDOS POLÍTICOS

THOMAZ D'ADDIO
CONSELHEIRO DE COMUNICAÇÃO

DANIELA QUEIROZ
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

CONTATO: IRELGOV@IRELGOV.COM.BR

irelgov | Instituto de Relações Governamentais